

FORMULÁRIO GERAL DE INFORMAÇÕES E DIREITOS DOS TITULARES DOS DADOS PESSOAIS

A RESIALENTEJO EIM procede ao tratamento de dados pessoais na sua atividade, para diversos fins, como sejam a negociação, celebração e execução de contratos quer sejam de trabalho (nos quais podem existir dados sensíveis), quer sejam com clientes e fornecedores, no desenvolvimento de projetos de cariz social (nos quais podem existir dados sensíveis), na troca de informação em comunicações eletrónicas, na atividade do canil / gatil intermunicipal, em processos de contratação pública, e para cumprimento de obrigações legais. E procede à recolha e tratamento de diversos tipos de dados pessoais, como sejam dados biométricos, de geolocalização e de videovigilância. Poderá proceder à recolha e tratamento de outro tipo de dados pessoais, para outros fins não especificados anteriormente. Em cumprimento da obrigação de transparência, presta as seguintes informações sobre o tratamento e sobre os direitos dos titulares dos dados:

O responsável pelo tratamento dos dados é a RESIALENTEJO – Tratamento e Valorização de Resíduos, E.I.M. sita na Herdade do Montinho, Apartado 6272, 7801-903 Beja, número de telefone 284311220 e endereço de correio eletrónico geral@resialentejo.pt.

O encarregado de proteção de dados da RESIALENTEJO EIM pode ser contactado através do endereço de correio eletrónico rgpd@resialentejo.pt.

A finalidade e licitude do tratamento poderá ser a preparação, negociação, celebração e execução de contratos de trabalho, com clientes ou fornecedores, o desenvolvimento de projetos de cariz social, a troca de informação em comunicações eletrónicas, a atividade do canil / gatil intermunicipal, processos de contratação pública, e o cumprimento de obrigações legais.

Os destinatários dos dados pessoais são os serviços da RESIALENTEJO EIM e os mesmos só serão transmitidos em cumprimento de obrigações legais, como sejam a transmissão às autoridades públicas nos termos da lei processual penal caso se verifique a prática de ilícitos criminais.

O prazo de conservação dos dados pessoais será o necessário ao cumprimento das finalidades de tratamento dos dados acrescido do prazo legalmente previsto para o arquivo dos documentos onde os dados estão registados.

Não haverá tratamento posterior dos dados pessoais para finalidade distinta da que presidiu à recolha.

Não existem decisões automatizadas, nem a definição de perfis.

Os titulares dos dados têm os seguintes direitos:

- Confirmação de que os dados pessoais são objeto de tratamento;
- Direito de acesso aos dados pessoais;
- Direito de retificação;
- Direito à limitação do tratamento;

- Direito de apresentar reclamação à autoridade de controlo (Comissão Nacional de Proteção de Dados);
- Direito de portabilidade dos dados;
- Direito de oposição ao tratamento;
- Direito ao apagamento dos dados (“direito a ser esquecido”);

Poderá exercer estes nos termos e condições previstos na legislação, mediante contacto com o encarregado de proteção de dados.

O exercício destes direitos é excecionado quando os seus dados pessoais são utilizados para salvaguarda do interesse público, nomeadamente em casos de deteção e prevenção de crimes, ou quando os mesmos estão sujeitos a sigilo profissional.

Tomei conhecimento das condições de tratamento e dos direitos enquanto titular dos dados em causa, e presto o meu consentimento ao seu tratamento nas condições supracitadas.